



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

17 de Junho 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 17/06/2014
Assunto: Conselho		Página: Online

[PeloEstado]

Educação O Conselho Estadual de Educação empossou, ontem, dois novos integrantes: o ex-secretário de Articulação Nacional João Matos (PMDB) e o presidente da União Catarinense de Estudantes (UCE), Yuri Becker dos Santos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 17/06/2014
Assunto: PNE		Página: Online



ESTADOS E CIDADES TÊM UM ANO PARA PLANEJAR EDUCAÇÃO

Prazo vale a partir da sanção do Plano Nacional de Educação; hoje, 10 Estados e 42% dos municípios têm instrumento próprio

Fonte: O ESTADO DE S. PAULO (SP)

Depois que a presidente Dilma Rousseff (PT) sancionar o Plano Nacional de Educação (PNE), que tramitou durante três anos e meio no Congresso, outro cronômetro será disparado. Estados e municípios terão o prazo de um ano para concluir seus planejamentos regionais de educação. Hoje, só dez Estados e 42% dos municípios têm seus próprios planos - a cidade e o Estado de São Paulo estão fora dessa lista.

O antigo PNE, que valeu entre 2001 e 2010, já previa a formulação de planos locais em um ano, mas a maioria dos Estados e municípios descumpriu a previsão. Agora o Ministério da Educação (MEC) pretende acompanhar de perto a construção desses documentos, que servem para definir estratégias educacionais e uso de recursos durante uma década. A ideia ao fixar prazo mais largo é pensar metas e medidas para período superior a um mandato, que não fiquem reféns das trocas de gestão.

Mesmo os Estados e municípios que já têm planos precisam renovar ou reajustar seu conjunto de estratégias para os próximos dez anos, sintonizados com as diretrizes do PNE. Onde não há os documentos, a justificativa mais comum é de que as secretarias ou o Legislativo local esperavam a definição no Congresso para aprovar plano próprio, embora isso não fosse obrigatório. Como as redes estaduais e municipais são responsáveis pelo atendimento na educação básica, delinear políticas locais é essencial para atingir a meta para o País.

No Estado de São Paulo, um projeto de plano de educação, que tramita desde 2003 na Assembleia Legislativa, reúne sugestões feitas por movimentos e especialistas da área. Também existe um fórum estadual, com participação da sociedade, restabelecido no ano passado e responsável pelo debate e construção de propostas para o futuro documento. O que norteia as políticas educacionais hoje, porém, é o programa da atual gestão, batizado de Educação - Compromisso de São Paulo, apresentado há três anos e que estabelece metas até 2030.

O documento paulista é alvo de críticas entre especialistas e entidades do setor. "Faltou levar em conta outros atores na sua construção. Não é um plano porque a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

participação foi bastante baixa", defende o professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Rubens Barbosa de Camargo. "O principal elemento é justamente o processo participativo na elaboração", acrescenta. Outra queixa é de que faltam no programa previsões claras para os investimentos.

A secretaria rebate os questionamentos. Segundo a pasta, o programa Compromisso de São Paulo resultou de grandes encontros regionais com mais de 20 mil profissionais da rede. Também alegou que a criação do plano estadual não depende apenas da secretaria, mas de outras entidades que devem participar do processo.

Capital no plano

Já na cidade de São Paulo o documento de educação precisou de interferência até do Ministério Público Estadual (MPE) para avançar. A primeira fase de construção do documento se iniciou em 2008, sete anos atrasada, com a reunião de sugestões de entidades e especialistas. Essa etapa terminou em 2010, com a conferência de educação da capital. O texto, no entanto, ficou mais de dois anos engavetado no gabinete da Prefeitura, à espera do envio ao Legislativo.

Em 2012, o então prefeito Gilberto Kassab (PSD) foi cobrado pelo MPE por causa da demora no envio do projeto à Câmara Municipal. Kassab alegou que aguardava o desfecho da tramitação do PNE em Brasília. O texto chegou aos vereadores no fim daquele ano e hoje está na Comissão de Educação da Casa.

O atual secretário municipal de Educação, César Callegari, também credita a demora à espera pelo PNE. "Os vereadores foram prudentes em esperar, para que o texto ficasse alinhado ao nacional", argumenta. "Isso não impediu nossas ações." Segundo ele, a expectativa é o plano estar pronto antes de 2015.

Na opinião de Ananda Grinkraut, assessora da ONG Ação Educativa, questões políticas estão entre os principais fatores para a morosidade. "Cada novo gestor quer fundar o processo e não reconhece o que foi feito no mandato anterior", analisa. "Essa deve ser uma proposta de Estado, que demanda continuidade", ressalta. Ananda destaca, por outro lado, que o documento paulistano conseguiu garantir participação intensa, com envio de propostas e audiências. "Um dos desafios que ainda temos é contemplar aspectos sub-regionais."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 17/06/2014
Assunto: PNE		Página: Online



BRASIL PRECISA INVESTIR MAIS R\$ 54 BI POR ANO PARA ATINGIR META DE QUALIDADE DO NOVO PLANO DE EDUCAÇÃO

Indicador de qualidade é referência de padrões mínimos estabelecidos na legislação

Fonte: R7

Para atingir as metas do novo PNE (Plano Nacional da Educação), que teve seus últimos destaques votados no último dia 3 na Câmara Deputados, em vez dos atuais R\$ 9,6 bilhões aplicados pelo governo federal na educação básica com base no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), seria preciso direcionar para a área mais R\$ 54 bilhões.

O CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial) está previsto no texto como referência para o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade da educação. Entretanto, a consideração do índice foi ponto de polêmica durante toda a tramitação do plano.

Mesmo depois da aprovação do texto-base, no dia 28 de maio, a supressão do CAQi foi proposta em destaque ao plano elaborado pelo deputado Gastão Vieira (PMDB-MA). No fim, o deputado cedeu ao apelo do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e abriu mão de discutir novamente o tema. O pedido foi feito para acelerar o processo, permitindo uma votação simbólica pela rejeição da emenda.

O MEC (Ministério da Educação) ainda não determinou como fará o repasse para implementar o CAQi, mas o dinheiro sairá dos recursos para a educação, que com o novo PNE vão aumentar progressivamente até chegarem a 10% do PIB (Produto Interno Bruto) — atualmente são investidos 5,3% do PIB.

A conclusão sobre o montante que precisa ser destinado para o CAQi é de Luiz Araújo, professor do Departamento de Planejamento e Administração da Unb (Universidade de Brasília) e doutor em Educação pela USP (Universidade de São Paulo).

Em sua tese de doutorado, defendida no início deste ano, Araújo estudou quanto o País terá de investir na educação dos brasileiros, considerando índices mínimos e específicos de qualidade educacional previstos no CAQi.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— Os R\$ 54 bilhões estipulados equivalem à diferença entre o que atualmente é investido pela União para complementar o Fundeb e o quanto dinheiro seria necessário colocar nessa complementação para que todos os estados e municípios implantassem o CAQi, explica.

Para fazer a projeção, o professor analisou os gastos da União e de todos os entes federados com educação em 2011, tendo como base o Fundeb. Nesse sentido, Araújo adverte que o valor deve ser atualizado e revisto anualmente.

A Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), em nota técnica sobre o tema divulgada em 2013, também estipula que a união deve aumentar o valor direcionado a Estados e municípios brasileiros para garantir educação de qualidade. Porém, segundo o órgão, seriam necessários mais R\$ 46 bilhões para área.

— A diferença entre os valores que as pesquisas chegaram não é tão importante, quando se considera que, nos dois estudos, o total de dinheiro a mais que a União deve direcionar para a educação é da ordem de bilhões, avalia José Marcelino Rezende, professor da USP e presidente da Fineduca.

Para a realização da estimativa de complementação da união pela associação, foi levantado o número de matrículas de cada etapa e modalidade da educação básica, conforme o Censo Escolar de 2011. Em seguida, as matrículas foram multiplicadas pelo valor que cada aluno deveria custar em cada fase do ensino com base nos índices do CAQi.

Conta

Hoje, o Fundeb determina o investimento do governo federal na educação básica considerando valor-aluno/ano mínimo, ou seja, o custo de cada aluno matriculado nas redes estaduais e municipais de todo o País. Esse fundo estabelece que estados e municípios direcionem para a educação básica 20% do que arrecadam em oito impostos: ICMS, IPI, IPVA, Desoneração das Exportações, ITCDM, FPE, FPM, ITR-Cota Municipal.

O dinheiro é dividido pelo número de matrículas das redes, gerando um valor mínimo que cada estado e município deve pagar para a manutenção de cada aluno nas escolas anualmente. A média desses valores estabelece o valor mínimo ao ano a ser gasto por estudante em todo o País (R\$ 2.285,57 por aluno do ensino fundamental em 2014).

Os Estados e municípios onde a arrecadação dos impostos não alcança o valor mínimo nacional a ser gasto anualmente com da aluno das redes são ajudados pela União com uma complementação financeira que, ao todo, deve equivaler a 10% do total do dinheiro direcionado à educação pelos entes federados.

O valor dessa complementação chegou a R\$ 9,6 bilhões em 2013, quando os Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí foram ajudados pela União.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Custo Aluno Qualidade Inicial

— Hoje, por meio do Fundeb, o dinheiro direcionado anualmente aos alunos não tem como parâmetro nenhum índice garantindo que o valor investido traz qualidade ao ensino. Ou seja, não há nenhum compromisso com uma vertente de qualidade no Fundeb. O valor atual é resultado de um cálculo algébrico apenas, que divide o dinheiro disponível para a área pela número de alunos da rede, diz Marcelino Rezende.

Também apreciador do CAQi, Marcelino Rezende explica ainda que o índice inverte a atual lógica de financiamento, prevendo que, para atingir os índices de qualidade, todas as unidades da federação recebam a complementação da união, e não apenas as que têm seus 20% de arrecadação insuficientes para bancar os alunos da rede.

Aprovado nos documentos finais da Coneb (Conferência Nacional de Educação Básica – 2008) e da Conae (Conferência Nacional de Educação – 2010), em parceria entre a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o CNE (Conselho Nacional de Educação), o CAQi é indicador das formas de financiamento do ensino que prioriza a qualidade de acesso e permanência de cada aluno na escola.

Dentre os elementos previstos no índice para o cálculo do investimento na educação considerando a qualidade do ensino, estão: a estipulação de um número médio de alunos por turma e a efetivação do piso nacional salarial do magistério.

Também são atentados dentro dos cálculos do CAQi a consolidação da política de carreira e de formação continuada dos docentes; a presença de bibliotecas, salas de leitura, laboratórios de ciências, laboratórios de informática e quadras poliesportiva cobertas em todas as escolas e brinquedoteca em creches e escolas dos anos iniciais do ensino fundamental.

Divisão dos recursos

O aumento do valor a ser investido na educação, as responsabilidades de todos os níveis governamentais envolvidos nesse processo e as mudanças na forma de se considerar o custo de cada aluno dificultaram a consolidação do CAQi como um das estratégias contidas na meta 20 do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que trata do financiamento da área.

Embora signifique um avanço em relação ao valor-aluno/ano mínimo do Fundeb, segundo a nota técnica do Fineduca, o CAQi representa um custo que corresponde a cerca de um terço das mensalidades cobradas pelas escolas privadas, frequentadas pelas crianças de classe média do País.

Investimento público em instituições privadas de ensino gera polêmica em plano de educação



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Desde que o novo PNE (Plano Nacional da Educação), aprovado no dia 3 de junho pelo plenário da Câmara dos Deputados, começou a ser debatido no Congresso Federal, em 2011, o uso dos termos "investimento público total" e "investimento público direto" em educação nas diferentes versões criadas para o texto gerou polêmica entre os parlamentares.

Brasil precisa investir mais R\$ 46 bi por ano para atingir meta de qualidade do novo PNE

Inclusão escolar ainda é ponto polêmico em texto do Plano Nacional de Educação

Ao contrário do que se entende por meio do "investimento público direto" para educação pública, a ideia de "investimento público total" consideraria gastos totais da União, Estados, municípios e Distrito Federal com áreas gerais da educação, inclusive próximas a entidades privadas.

Esse tipo de gasto está previsto no artigo 213 da Constituição Federal. Resumidamente, o artigo determina que recursos públicos sejam direcionados a escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que comprovem finalidade não lucrativa, apliquem os seus excedentes em educação, e que, no caso do encerramento de suas atividades, assegurem destinação de seus patrimônios ou ao poder público. A Constituição também prevê o gasto de recursos públicos com bolsas de estudos de ensino fundamental e médio.

Programas federais

Em uma das últimas sessões da votação do novo PNE realizada na Câmara no dia 23 de abril, deputados aprovaram a proposta do relator do texto Angelo Vanhoni (PT-PR) que tem origem no histórico citado acima. O tema voltou a ser discutido na última semana por meio do destaque ao texto elaborado pelo deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE).

Santiago propôs que os gastos com os programas Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e ProUni (Programa Universidade Para Todos) não fossem contabilizados como parte do financiamento da educação pública, e, assim, não fizessem parte dos 10% do PIB (Produto Interno Bruto) que devem ser direcionados para área até 2024, como prevê o novo PNE.

Com a aprovação do plano e dos últimos destaques ao texto no último dia 3, foi aceita a versão em que, no parágrafo 4º do artigo 5º, considera-se investimentos públicos em educação aqueles realizados em programas de expansão da educação profissional, superior e especializada —tais como Fies, ProUni, Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), Ciências Sem Fronteiras (programa de intercâmbio universitário) e entidades filantrópicas.

— Apesar de estar ligada às exceções de direcionamento de investimento público em educação, a decisão de considerar esses programas como gastos públicos tem relação com uma política do governo federal de aproximar políticas públicas ao setor privado,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

avalia Luiz Araújo, professor do Departamento de Planejamento e Administração da Unb (Universidade de Brasília).

O especialista lembra que o Fies, por exemplo, é um sistema de financiamento viabilizado pela Caixa Econômica Federal que não implica em gasto com educação, já que o estudante contrai um empréstimo que irá pagar ao fim da graduação.

Críticas também são feitas ao caráter permanente da proposta, que deve estar presente nos dez anos de validade do novo PNE. Para Gilmar Soares Ferreira, secretário de formação da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), um dos problemas é que o texto aprovado na Câmara permite que o investimento em educação se vincule a gastos de programas federais próximos ao setor privado por tempo indeterminado.

— Do jeito que foi aprovado, o texto abre precedente e naturaliza formas de financiamento público a setores privados porque estão ligados à educação. E estamos combatendo isso há décadas, diz Gilmar Soares Ferreira, secretário de formação da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

Partes do todo

Dados mais recentes do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) sobre o tema mostram que, em 2012, o Brasil gastava 5,5% de seu Produto Interno Bruto em educação pública, ou seja, gasto público na rede pública de ensino. Desse valor, 1% são investimento do governo federal, 2,2 % dos governos estaduais e 2,3% dos governos municipais.

Quando se considera gastos totais com educação de maneira geral, incluindo bolsas de ensino da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em instituições privadas, por exemplo, o percentual do PIB direcionado à educação pelo País sobe para 6% e 4%. O gasto do governo federal com a educação nesse caso vai para 1,3%. Ou seja, equivalente gasto pelo governo federal com a educação vinculada ao setor privado é 0,3% do PIB.

— O governo federal gasta com a rede privada relacionada à educação o equivalente a 30% de tudo o que gasta com a rede pública, o que é um absurdo. Esses 30% poderiam ser gastos diretos do governo com educação pública, diz Araújo.

Para ele, há um interesse de contabilizar o setor privado e, assim, investir menos do que se poderia com a educação que não prevê lucro.

— E se, nesse período, o poder público passar a gastar mais com entidades do setor privado próximas à educação, o quadro pode piorar. Dependerá do que o governo quiser, avalia o especialista.

Dados de 2009 divulgados pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), último ano com informações disponíveis, mostram



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

que, no Brasil, a cada R\$ 1,00 investido em educação pública, o governo federal contribui apenas com R\$ 0,20, contra R\$ 0,41 dos 26 estados e do Distrito Federal e R\$ 0,39 dos municípios.

Em nota técnica sobre o assunto a Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), avalia que a união, como “ente federado que mais arrecada, possuidor de mais da metade da receita tributária líquida, é aquela que menos contribui com a educação.”

Inclusão escolar ainda é ponto polêmico no Plano Nacional de Educação. A meta 4 do novo PNE (Plano Nacional de Educação) estabelece as formas para garantir a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas. Em termos gerais, ela consolida a universalização do atendimento escolar a esses estudantes.

Educadores têm opiniões divergentes quanto ao formato de uma educação inclusiva que seja eficiente para o desenvolvimento social e cognitivo do aluno com necessidades especiais.

Alguns especialistas defendem que os alunos com deficiência devam ser educados em salas regulares, junto a alunos sem necessidades especiais. Mas há também aqueles que avaliam ser melhor que estudantes com deficiência tenham uma educação diferenciada, à parte dos demais alunos.

Este debate se refletiu nas discussões sobre a meta no Congresso Federal. Enquanto a redação do texto da Câmara dos Deputados acentuou a inclusão de alunos com necessidades especiais em salas regulares, o texto revisado durante a tramitação no Senado Federal, em 2012, incluiu a possibilidade de a educação desses alunos ser feita de maneira separada.

Impasse mantido

O atual texto, sancionado pela presidente Dilma Rousseff, mantém ambígua a base ideológica e pedagógica da forma de inclusão de alunos especiais a ser seguida no Brasil nos próximos dez anos, período de vigência do PNE.

Para Luiz Araújo, professor do Departamento de Planejamento e Administração da Unb (Universidade de Brasília) e doutor em Educação pela USP (Universidade de São Paulo), a aparente confusão tem relação com lobby das Apaes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Segundo o professor, a associação teria influenciado parlamentares quanto ao ensino de alunos com necessidades especiais fora das salas regulares.

— Não há um consenso sobre o tema.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Rodrigo Mendes, fundador do Instituto Rodrigo Mendes, organização que desenvolve programas de educação inclusiva, também destaca a existência de impasse sobre o tema e a atenta para as consequências disso.

— Há de se apontar uma involução conceitual decorrente da alteração do texto original, apresentado pelo MEC em 2010. Segundo ele, a educação especial deveria ser uma modalidade complementar à escolarização no ensino regular, e não substitutiva. Contrariando essa diretriz, o atual texto autoriza também as escolas especiais a desempenharem o papel da sala de aula regular.

Mendes afirma que, como consequência, o Brasil estará em dissonância com a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário.

— E desperdiçaremos a oportunidade de investirmos em uma pedagogia não homogeneizadora, que estimula o desenvolvimento de competências para o convívio com as diferenças.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 17/06/2014
Assunto: Absorção de conhecimento		Página: Online



Projeto utiliza método científico para tornar aprendizado eficiente

As formas mais comuns e praticadas para a absorção de conhecimento já são há tempos consideradas ultrapassadas e ineficientes. Uma das maneiras mais corriqueiras de estudo de quem se prepara para uma avaliação, por exemplo, é decorar o assunto, selecionando pedaços de conteúdos que são repetidos, mas funcionam apenas para uma memorização temporária e parcial.

De acordo com Paulo Ribeiro, autor do livro "Os 7 Pilares do Aprendizado: Usando a Ciência Para Aprender Mais e Melhor" e fundador do projeto Aprendizado Acelerado, o método "decoreba" é um dos menos eficientes para se estudar. "O modo como aprendemos na escola ou mesmo métodos próprios estão desatualizados e não geram um aprendizado de qualidade. As pessoas não usam ferramentas que ajudam no aprendizado, disponíveis nos computadores e celulares, por exemplo", diz Ribeiro.

Ele destaca que o objetivo principal do projeto Aprendizado Acelerado é fechar o intervalo entre o conhecimento científico e sua aplicação na realidade da escola. Ribeiro destaca que com os métodos utilizados os alunos acabam sofrendo as maiores consequências com o baixo rendimento no momento de assimilar os conteúdos.

Sobre o livro "Os 7 Pilares do Aprendizado: Usando a Ciência Para Aprender Mais e Melhor", Ribeiro afirma se tratar de uma das ferramentas do projeto. "O conteúdo tem informações úteis e práticas, e a ideia é trazer para o dia a dia. Envolve obras diferentes da pedagogia e outras áreas da ciência", relata Ribeiro.

"As pessoas seguem técnicas, táticas e métodos que não funcionam. O projeto busca mostrar o que realmente funciona", diz Ribeiro, salientando desinformação entre as pessoas.

De acordo com as metodologias do projeto o ato de reprocessar a informação manda um sinal para o cérebro e então a memória vai ficando cada vez mais forte. É importante saber como e quando revisar o conteúdo. Essa técnica é denominada de repetição espaçada.

"Normalmente, o momento ideal para a primeira revisão - quando houve decaimento o suficiente que vale a pena se esforçar para trazer o conteúdo de volta a 100% - é de 3 a 7 dias. Caso não saiba quando é a hora de revisar, hoje já existem alguns programas de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

computador que auxiliam para dizer a melhor hora de fazer isso: Mnemosyne, Mnemonodo, iSRS, AnyMemo e o Anki, são alguns deles”, diz Ribeiro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 17/06/2014
Assunto: Investimentos		Página: Online



Senado analisa medida que aumenta repasse de dinheiro do Fundeb para creches e pré-escolas

Projeto modifica os critérios de definição de percentuais para distribuição dos recursos

As creches e pré-escolas podem receber mais recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), segundo o projeto de lei do Senado 163/14, que está pronto para votação na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos).

A norma modifica os critérios de definição de percentuais para distribuição dos recursos do Fundeb entre as modalidades de ensino, reforçando as primeiras etapas da escolaridade.

Leia outras notícias sobre Educação no R7

O Fundeb é formado por 20% de uma cesta de impostos, e cada estado possui seu próprio fundo. As redes estadual e municipal de ensino dividem os recursos, alocados conforme o número de matrículas em cada rede.

Além disso, a Lei 11.494/2007 estabelece peso para cada modalidade do ensino básico, ou seja, para creche, pré-escola, ensino fundamental urbano e no campo; ensino médio urbano e no campo; educação profissional; educação especial; educação para indígena e quilombola e de jovens e adultos.

Essa ponderação tem como referência o fator 1 para anos iniciais do ensino fundamental urbano e entre 0,7 e 1,3 para as demais modalidades. O autor do projeto, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), argumenta que essa escala dificulta a alocação conforme a necessidade de cada categoria de ensino, prejudicando as categorias mais caras, como é o caso das creches e pré-escolas.

Ele sugere manter o fator de referência para anos iniciais do ensino fundamental urbano e acabar com a escala para as demais modalidades. Em seu lugar, a Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade fixaria um fator que assegure um padrão mínimo de qualidade em cada modalidade.

O principal critério para definir o fator, conforme explica o autor, será o custo de cada etapa da educação básica, tendo como base a formação dos professores, a infraestrutura, o número de alunos por turma e por professor, e o oferecimento de jornada escolar parcial ou integral.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ao concordar com o autor, o relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), observa que a avaliação do custo de cada etapa “ano após ano, permitirá que se aperfeiçoe paulatinamente a alocação dos recursos, sem as restritivas amarras hoje inscritas na lei”.

Para o relator, ao prestigiar a comissão intergovernamental, o projeto fortalece os interesses de estados e municípios, uma vez que o colegiado é formado por secretários estaduais e municipais de cada uma das cinco regiões, escolhidos por suas entidades representativas, e por apenas um representante do governo federal.

Ao apoiar o reforço de recursos para creches e pré-escolas, Raupp argumenta que o estímulo intelectual e emocional nos primeiros anos de vida é decisivo para o desenvolvimento da capacidade cognitiva de crianças e jovens.

O relator observa ainda que a proposta não gera novos gastos, prevendo apenas a realocação de verbas de uma categoria de ensino na educação básica para outra, sem afetar a despesa total.

Após o exame pela CAE, o projeto será votado em decisão terminativa na Comissão de Educação, Cultura e esporte.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 17/06/2014
Assunto: Material Escolar		Página: Online



Escolas particulares podem ser obrigadas a oferecer material escolar sem cobrança extra

A condição será imposta caso o estabelecimento adote material escolar padronizado

As escolas particulares poderão ser obrigadas a fornecer todo o material de uso coletivo a ser utilizado durante o ano letivo. Esta é a condição a ser imposta caso o estabelecimento decida adotar material escolar padronizado para seus alunos.

As duas medidas constam de projeto de lei do senador Ciro Nogueira (PP-PI), que trata da correção da anuidade escolar (Lei 9.870/1999), reiterando a vedação à cobrança de qualquer quantia para custeio do material escolar fornecido.

A matéria está pronta para ser votada pela CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania). O projeto (PLS 51/2014) proíbe - com exceção de livros - a adoção de marca específica para os materiais escolares.

O descumprimento dessas exigências poderá levar a escola a ser punida nos termos do Código de Defesa do Consumidor, que prevê desde a aplicação de multa até a cassação de licença do estabelecimento.

Ao expressar apoio à proposta, o relator, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), observou que recente mudança na Lei 9.870/1999 já tornou nula cláusula contratual que obrigue o contratante (pai do aluno) ao fornecimento ou à cobrança de adicional referente a material escolar de uso coletivo.

Seus custos devem ser considerados no cálculo do valor da anuidade ou semestralidade escolares, acrescentou Gurgacz no parecer pela aprovação do PLS 51/2014.

Depois de passar pela CCJ, o projeto será votado em decisão final pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. As medidas estabelecidas deverão começar a valer um ano após serem aprovadas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Revista Veja	Editoria: Educação	Data: 17/06/2014
Assunto: Enem		Página: on-line



ENEM 2014: 8,7 MILHÕES ESTÃO APTOS A FAZER A PROVA

Número de participantes que pagaram taxa de inscrição ou que obtiveram isenção do pagamento é 21,6% superior ao de 2013

O Ministério da Educação informou nesta segunda-feira que 8.721.946 de pessoas estão aptas a fazer a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2014. O número é 21,6% superior ao registrado em 2013. Para o levantamento, o MEC considera apenas os participantes que confirmaram a inscrição — pagando a respectiva taxa ou pedido isenção do pagamento. Participaram da primeira fase de inscrição, encerrada no dia 23 de maio, 9,51 milhões de pessoas. O exame será realizado nos dias 8 e 9 de novembro.

Segundo o MEC, 57% dos cadastrados (ou 4.990.025) concluíram essa etapa de ensino e apenas 20% (1.748.588) são alunos do último ano do ensino médio. Onze por cento, ou 997.131 inscritos vão fazer a prova para obter o certificado de *conclusão do ensino básico. O restante, também cerca de 11%, é formado por treineiros (estudantes que não chegaram ao 3º ano do ensino médio) e outros que não se enquadram nos grupos anteriores.

Entre os inscritos, apenas 26,48% pagaram a taxa de 35 reais cobrada para a realização da prova. Os demais são candidatos que estão no terceiro ano do ensino médio em escolas públicas (16,33%) ou que comprovaram carência para obter isenção de taxa (57,17%). As cifras totalizam 99,98% das inscrições, mas o documento do MEC não explica a formação dos restantes 0,02%. Do total de inscritos, quase 4 milhões têm mais de 20 anos, sendo que 1,35 milhão está acima dos 30 anos.

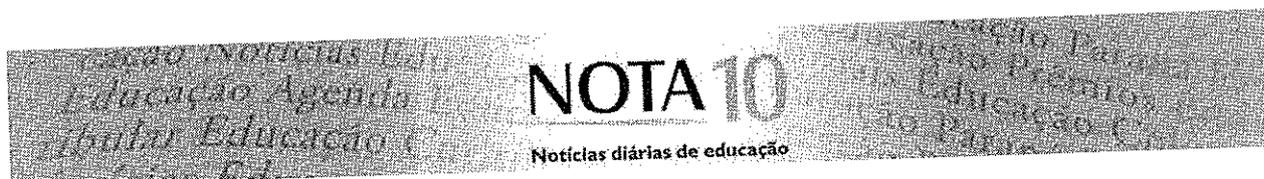
Neste ano, pelo menos três universidades federais que ainda não tinham aderido ao Enem já confirmaram que vão usar o exame para seleção de alunos: as federais de Santa Maria, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Para o MEC, o aumento no número de instituições pode ter atraído mais inscritos. Em Pernambuco, as inscrições cresceram 22%. No Rio Grande do Sul, 15%. Já no Distrito Federal, onde a Universidade de Brasília começou a usar a avaliação neste ano, o aumento foi de 29%.

A maior parte dos inscritos, 57,9%, se identificou como negra. Neste ano, 25% das vagas serão reservadas a alunos de baixa renda e oriundos de escola pública, com um percentual reservado aos negros de acordo com sua representação na população do Estado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 17/06/2014
Assunto: Absorção de conhecimento		Página: Online



Projeto utiliza método científico para tornar aprendizado eficiente

As formas mais comuns e praticadas para a absorção de conhecimento já são há tempos consideradas ultrapassadas e ineficientes. Uma das maneiras mais corriqueiras de estudo de quem se prepara para uma avaliação, por exemplo, é decorar o assunto, selecionando pedaços de conteúdos que são repetidos, mas funcionam apenas para uma memorização temporária e parcial.

De acordo com Paulo Ribeiro, autor do livro "Os 7 Pilares do Aprendizado: Usando a Ciência Para Aprender Mais e Melhor" e fundador do projeto Aprendizado Acelerado, o método "decoreba" é um dos menos eficientes para se estudar.

"O modo como aprendemos na escola ou mesmo métodos próprios estão desatualizados e não geram um aprendizado de qualidade. As pessoas não usam ferramentas que ajudam no aprendizado, disponíveis nos computadores e celulares, por exemplo", diz Ribeiro.

Ele destaca que o objetivo principal do projeto Aprendizado Acelerado é fechar o intervalo entre o conhecimento científico e sua aplicação na realidade da escola. Ribeiro destaca que com os métodos utilizados os alunos acabam sofrendo as maiores consequências com o baixo rendimento no momento de assimilar os conteúdos.

Sobre o livro "Os 7 Pilares do Aprendizado: Usando a Ciência Para Aprender Mais e Melhor", Ribeiro afirma se tratar de uma das ferramentas do projeto. "O conteúdo tem informações úteis e práticas, e a ideia é trazer para o dia a dia. Envolve obras diferentes da pedagogia e outras áreas da ciência", relata Ribeiro.

"As pessoas seguem técnicas, táticas e métodos que não funcionam. O projeto busca mostrar o que realmente funciona", diz Ribeiro, salientando desinformação entre as pessoas.

De acordo com as metodologias do projeto o ato de reprocessar a informação manda um sinal para o cérebro e então a memória vai ficando cada vez mais forte. É importante saber como e quando revisar o conteúdo. Essa técnica é denominada de repetição espaçada.

"Normalmente, o momento ideal para a primeira revisão - quando houve decaimento o suficiente que vale a pena se esforçar para trazer o conteúdo de volta a 100% - é de 3 a 7 dias. Caso não saiba quando é a hora de revisar, hoje já existem alguns programas de computador que auxiliam para dizer a melhor hora de fazer isso: Mnemosyne, Mnemonodo, iSRS, AnyMemo e o Anki, são alguns deles", diz Ribeiro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 17/06/2014
Assunto: Analfabetismo		Página: 03

DIÁRIO CATARINENSE

Letrada

Palhoça acaba de receber o selo de Município Livre de Analfabetismo do Ministério da Educação. Cerca de 96% da população sabem ler e escrever.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Artigos

Data: 17/06/2014

Assunto: Modelos

Página: 18

DIÁRIO CATARINENSE

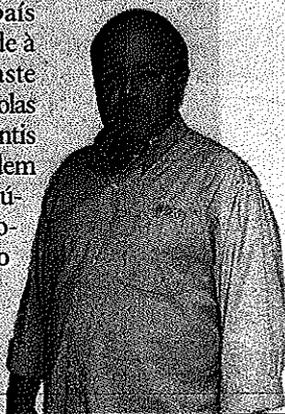
Um novo modelo educacional

Multiplicam-se pelo país apelos pela prioridade à educação em contraste com greves de professores nas escolas públicas e manifestações estudantis com inacreditável culto à desordem e à depredação de patrimônio público. De fora do país vêm as notícias que repercutem no mundo globalizado: estamos nos últimos lugares em avaliações de ensino básico, colecionamos péssimas notas em rankings que medem a inovação tecnológica e lá se vai o bonde da competitividade no plano internacional.

O modelo da escola brasileira caducou e nem os professores – esses eternos injustiçados – perceberam isso, porque concentram toda a sua energia nas últimas décadas nas perdas salariais das carreiras do magistério. É sem dúvida, um dos principais pontos do nó educacional, mas não é o único.

As escolas não acompanharam as transformações econômicas e o surgimento de novas carreiras e necessidades do mercado de trabalho, sobretudo para a indústria e o setor de prestação de serviços.

As escolas não acompanharam as transformações econômicas e o surgimento de novas carreiras e necessidades do mercado de trabalho.



CESAR OLSEN

Diretor do Sistema Fiesc.
Morador de Florianópolis

Os estudantes precisam se integrar às estruturas produtivas, ter mais aprendizado prático, um modelo semelhante ao adotado pelo Senai, que saiu na frente e já prepara até mão de obra especializada em aviação de alto nível em Palhoça, para ficarmos em um exemplo mais próximo.

Nos EUA as escolas estão “dentro” das indústrias, em relacionamento estreito e muito produtivo, captando e preparando na sua base as necessidades de mão de obra, cada vez mais especializada e segmentada. A educação precisa não apenas de mais verbas, mas de um modelo que priorize demandas concretas de mercado e, sobretudo, de correta gestão dos investimentos. O futuro profissional de milhões de jovens depende disso e é com eles que precisamos contar para tocar nossas empresas e fazer o país crescer.



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Brasil

Data: 17/06/2014

Assunto: Enem

Página: 17

Notícias do Dia

Enem terá 8,7

Educação. Número supera estimativas

milhões

do Ministério para o exame

O Enem 2014 chegou a um total de 8.721.946 inscritos. O número representa um aumento de 21,6% em comparação à edição passada da prova que teve 7,1 milhões inscritos. O ritmo de crescimento teve ligeira queda, entre 2012 e 2013, o índice foi de 23,8%, mas superou a expectativa do Ministério da Educação. A pasta estimava 8,2 milhões de candidatos.

Este total considera os estudantes que fizeram a inscrição por meio de site específico e confirmaram o pagamento da taxa, no valor de R\$ 35, até o dia 28 de maio. Apenas 2,3 milhões (26,48%) são pagantes. Os demais estão isentos da taxa por serem concluintes do ensino médio da rede pública (16,33%) ou por terem comprovação de carência (57,17%).

As regiões Sudeste e Nordeste concentram o maior número de participantes. Em alguns Estados, houve crescimento mais robusto do número de inscritos. Em Pernambuco, por exemplo, a quanti-

dade de inscritos chegou a 432,9 mil, aumento de 22% em relação à edição passada. Para Chico Soares, presidente do Inep (órgão do MEC responsável pelo Enem), esse cenário se deve à decisão da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) em adotar a prova em seu processo seletivo.

Várias universidades estão fazendo essa adesão e teremos aumento expressivo no número de vagas e no Sisu [Sistema de Seleção Unificada]. Esse crescimento está condizente com a expectativa do Enem", disse o ministro Henrique Paim, da Educação.

A maior parte dos inscritos (4,9 milhões) já concluiu o ensino médio. "Eles buscam no Enem as muitas oportunidades que o exame cria", avalia Soares. O Enem é pré-requisito para estudantes interessados em participar de programas como Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), Prouni (bolsas para alunos de baixa renda) e Ciência sem Fronteiras.